

Capítulo 7

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO COLÉGIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA (CBNB)

Michelle Lopes Louro Köhler

Pós Graduação em Psicopedagogia – UCB; Especialização em Metodologias, práticas Pedagógicas e Tecnologias educacionais – UFC; Especialização em Direito Público - PUC/RS; Graduação em Direito - UNESA; Graduação em Letras – UNISUAM.

RESUMO

O artigo fala da Educação para o Trânsito no ensino básico e sua importância no processo interdisciplinar de formação de cidadãos conscientes e humanizados e enfatiza a Língua Portuguesa como ferramenta central nesse processo. O protagonismo do estudante e a interdisciplinaridade explorados na abordagem do tema fortalece a compreensão de regras e comportamentos necessários à convivência social no trânsito, conectando a linguagem à cidadania e à ética. Dessa forma, o presente trabalho apresenta a Língua Portuguesa se afirmando como uma aliada imprescindível na comunicação, divulgação e promoção de uma educação transformadora e na construção de uma cultura de respeito e segurança nas vias públicas.

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a problemática do trânsito urbano e o papel da Educação escolar penso como professora, da importância da disciplina Língua Portuguesa em contribuir para o processo de humanização das ruas da nossa cidade. Dessa forma, destaca-se o potencial de nosso trabalho pedagógico, imprescindível na comunicação, na divulgação e promoção de uma educação transformadora e na construção de um trânsito urbano menos violento. Para o encaminhamento dessa ideia, o presente artigo

explora, como a seguir, três pontos essenciais: o significado de educar para o trânsito, a relevância da educação para o trânsito nas escolas e a contribuição da língua portuguesa na construção do trabalho interdisciplinar da educação para o trânsito

Quanto ao significado de educar para o trânsito, destacamos que essa dimensão da educação deve ser entendida pela sociedade por meio de uma visão em 360°, ou seja, como um conjunto de ações educativas que incluem a família, a sociedade e a escola. Para que isso ocorra, é importante que todos os agentes envolvidos se sintam parte dessa dinâmica, o que só é possível quando o cidadão comum percebe que se trata de uma via de mão dupla, bastando que ele assuma, de forma consciente, o seu papel social – seja como motorista, pedestre, passageiro, ciclista ou motociclista – e entende que essa interação só funciona quando o indivíduo age com responsabilidade e conhecimento dos seus direitos e deveres, assim como das regras de trânsito e da linguagem envolvida nesse contexto (BRASIL, 1997; BELLINGHAUSEN, 2020).

No ambiente escolar, a promoção da educação para o trânsito e do ensino dos direitos e obrigações dos agentes envolvidos está prevista em lei. Conforme o Artigo 74 da Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a educação para o trânsito é direito de todos e prioridade do Sistema Nacional de Trânsito.

Dessa forma, para o adulto, a educação para o trânsito tem como objetivo promover a transformação consciente de comportamentos adquiridos ao longo dos anos, de modo que ele perceba que sua ação sempre deve buscar a cordialidade e a preservação da vida, do meio ambiente e do bem-estar social, além da redução de acidentes.

Por outro lado, educar a criança para o trânsito faz com que ela se sinta parte de toda essa dinâmica, o que pode contribuir para que ela se torne um adulto responsável e consciente de sua responsabilidade consigo mesmo e com o próximo.

Quanto à relevância da educação para o trânsito nas escolas, destacamos que a escola, quando assume o papel de ressignificar os conteúdos com o propósito de promover a participação e a interação da sociedade, faz com que o aluno aplique o conhecimento adquirido no dia a dia e perceba que esse conhecimento ultrapassa os muros da escola; ou seja: a escola prepara para a vida e isso tem fundamental importância tanto para a criança quanto para a sociedade, pois o professor, em parceria com a família e a sociedade,

passa a ser coator na formação de caráter, valores e princípios morais do aluno.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC) em 1998, o tópico Temas Transversais prevê, como objetivos do ensino fundamental, que os alunos sejam capazes de:

- “- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
 - posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o código como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- (...)
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo até novamente para a melhoria do ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- (...)
- utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.”

Portanto, entende-se que a função da escola é realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos alunos e o conhecimento formal, sistematizado, possibilitando formas de acesso ao conhecimento científico.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Art. 3º:

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

MAS POR QUE EDUCAR PARA O TRÂNSITO?

A educação para o trânsito tem como objetivo ensinar os princípios básicos de segurança no trânsito, como: as formas corretas de atravessar a rua e de andar de bicicleta nas vias; o uso do capacete, do cinto de segurança, da cadeirinha de bebê e do assento de elevação; as precauções necessárias durante o uso do celular enquanto caminha pelas ruas; etc. Dessa forma, cada disciplina escolar também pode contribuir para a formação do futuro cidadão (VASCONCELLOS, 1998; PISTILLI, 2023b; PISTILLI et al, 2023)

Quanto à contribuição da língua portuguesa na construção do trabalho interdisciplinar da educação para o trânsito, estamos convencidos de que na língua portuguesa, trabalha-se no sentido de levar o aluno a perceber que compreender e ser compreendido cria condições para que o cidadão seja um agente atuante na sociedade. E para o aluno isso não é diferente, pois a linguagem utilizada representa a dinâmica social, com diversos elementos na comunicação associados à intenção comunicativa dos agentes envolvidos.

No ano de 2020, as turmas do 9º ano (em torno de 120 alunos) do Colégio Brigadeiro Newton Braga participaram de um projeto interdisciplinar cujo tema era a Educação para o Trânsito. Em Língua Portuguesa, a ideia inicial era a de levar os alunos a identificarem o emissor e perceber a sua intenção comunicativa, a bagagem de conhecimento do receptor e os elementos envolvidos na transmissão da mensagem para que não haja ruído ao chegar ao receptor.

Assim, vale destacar o plano de aula definido para a construção do conhecimento do aluno sobre o tema em tela.

Quadro 1: Plano de Aula de Língua Portuguesa – 9º ano

PLANO DE AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA – 9º ano (EF II)	
Tema	Linguagem verbal e linguagem não verbal
Competências específicas	1. Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação; 2. Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais; 3. Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas; 4. Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos; 5. Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público-alvo a partir da análise dos procedimentos argumentativos utilizados;
	6. Reconhecer os usos da norma padrão da Língua Portuguesa nas diferentes situações de comunicação.
Habilidades	EF69LP24; EF67LP15; EF69LP04;
Objetivos	1. Identificar o emissor e o receptor da mensagem; 2. Reconhecer a intenção do emissor, assim como o público-alvo; 3. Compreender e identificar as linguagens verbais e não verbais presentes no trânsito (cores – verde, amarelo e vermelho; faixa de pedestre; buzina; gestos do guarda de trânsito; entre outros); 4. Reconhecer a diversidade dos modelos de placas (regulamentação; advertência; indicação; educativa; sinalização de obras; atrativos turísticos e auxiliares); 5. Perceber, através de <i>charges</i>, as críticas sociais que envolvem o comportamento do cidadão diante das regras de trânsito.

Conteúdo	1. Educação para o Trânsito (Código de Trânsito Brasileiro); 2. Linguagem verbal e linguagem não verbal; 3. <i>Charges</i>: cultura, sociedade e a diversidade dos personagens envolvidos na dinâmica do trânsito.
Duração	Quatro aulas de 45 minutos cada.
Recursos didáticos	<i>Slides</i> , material impresso e lousa.
Metodologia	Levar o aluno a reconhecer os canais de comunicação, principalmente os agentes envolvidos. Em seguida, orientá-lo a evitar a ocorrência de "ruídos na comunicação" entre o emissor e o receptor. Posteriormente, o aluno deverá reconhecer o fator sociocultural para realizar a adequação da linguagem ao receptor e perceber a efetividade das placas de trânsito (linguagens verbal e não verbal) em todo o território nacional. Também é observada a diversidade dos cidadãos (agentes) que atuam no trânsito: pedestres, ciclistas, motoristas, motociclistas, caminhoneiros, entre outros. Nesse contexto, a <i>charge</i> é utilizada como ferramenta de crítica social aos costumes do cidadão interagindo no trânsito e os <i>slides</i> são úteis na apresentação de diversos tipos de placas. Assim, na atividade prevista para a integração do conhecimento, são analisadas duas <i>charges</i> e uma campanha de trânsito. Para finalizar a atividade, foi realizado um debate e, como atividade para casa, foi solicitada uma redação com o seguinte tema: "O impasse da educação no trânsito". No trabalho final, foi feita a avaliação conceitual do aluno, considerando a aprendizagem como: Plenamente Satisfatória (P), Satisfatória (S), Em Desenvolvimento (ED) e Necessita de Intervenção (NI).
Avaliação	Atividade dinâmica: Debate, leitura, interpretação de texto e produção textual e avaliação conceitual.

Fonte: A autora.

Com relação à abordagem inicial e formação do conceito de canal de comunicação lembramos que

Inicialmente, foram trabalhados os conceitos dos elementos envolvidos na comunicação:

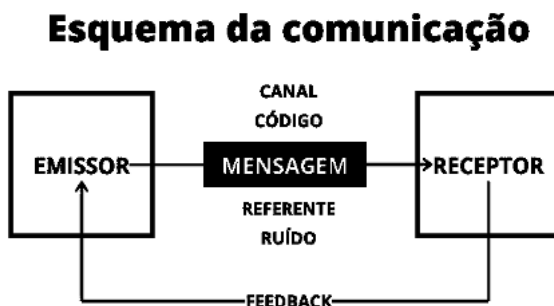
- emissor (ou locutor) é aquele que emite a mensagem para um ou mais receptores;
- receptor (também conhecido como interlocutor) é quem recebe a mensagem transmitida pelo emissor;
- mensagem é o objeto utilizado na comunicação, o conjunto de informações transmitidas pelo locutor;
- código é o conjunto de signos utilizados na mensagem;
- canal de comunicação corresponde ao local (meio) onde a mensagem será transmitida;
- contexto (ou referente) é a situação comunicativa em que estão envolvidos o emissor e o receptor;
- ruído (ou falha) na comunicação ocorre quando o código linguístico utilizado pelo locutor é desconhecido pelo interlocutor.

Depois de apresentados os elementos envolvidos na comunicação, os alunos foram questionados sobre o que seria uma comunicação efetiva. De forma bem resumida, responderam que seria aquela em que o receptor interpreta a mensagem transmitida pelo emissor de forma satisfatória, ou seja, de acordo com a intenção de quem transmitiu. Concluíram, ainda, que, para a compreensão da mensagem ser adequada, é preciso construir um discurso que incorpore questões culturais e sociais, entre outras.

Analisadas essas questões iniciais sobre a comunicação, era chegado o momento de abordar as duas modalidades de linguagem: a verbal (escrita e oral) e a não verbal (imagens, gestos, placas de trânsito, sinais de trânsito, sinais sonoros, cores das placas, etc.).

Assim, os conceitos foram trabalhados por meio dos seguintes esquemas e imagens:

Figura 1: Esquema da Comunicação.



Fonte: Disponível em <<https://www.significados.com.br/elementos-da-comunicacao/>>
 Acesso em: 17 mar.2023.

Figura 2: Placas de trânsito.



Fonte: Disponível em <<http://essebloguenaotemnome.blogspot.com/2017/03/o-que-sao-textos.html>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Figura 3: Momento de reflexão e debate: quem desrespeitou a Lei de Trânsito?



Fonte: Disponível em <<http://www.arionauocartuns.com.br/2018/06/charge-leis-de-transito-pedestre.html>>. Acesso em 19 mar. 2020.

Figura 4: Momento de reflexão e debate: acidentes de trânsito.



Fonte: Disponível em <<https://ndmais.com.br/opiniao/charges/acidentes-de-transito-tem-sido-frequentes-na-ilha/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Ao final, foi proposta a confecção de uma redação com a seguinte temática: "O impasse da educação no trânsito".

Com relação ao tratamento do material produzido com os alunos lembramos que:

As informações obtidas durante o trabalho docente e discente foram consolidadas de maneira que os resultados gerassem frutos para a continuidade ao processo de formação do jovem cidadão.

A partir dessa perspectiva, avaliar as redações por notas seria meramente uma maneira de quantificar o processo de aprendizagem. Por outro lado, oferecer feedback para o aluno sobre o seu desempenho na atividade propicia maior participação e melhor compreensão sobre o seu próprio processo de construção do conhecimento.

Essa dinâmica, além de servir para dar continuidade ao próximo planejamento didático, também possibilita a conscientização do aluno sobre as brechas na aprendizagem e a percepção de seus próprios avanços e lacunas na construção do saber.

Assim, foi estabelecido o seguinte critério para a avaliação:

Quadro 2: Critério de Avaliação.

Conceito		Legenda
P	Plenamente Satisfatório	O aluno alcançou as expectativas.
S	Satisfatório	O aluno atingiu boa parte das expectativas.
ED	Em desenvolvimento	O aluno compreendeu o assunto e se encontra em um processo de construção e organização das ideias.
NI	Necessita de Intervenção	O aluno não atingiu nem a metade das expectativas.

Fonte: A autora.

Como resultado dessas atividades trabalhadas em sala de aula, foi promovido o desenvolvimento de competências socioculturais que levaram o aluno a se enxergar como sujeito coator social. O trabalho proposto foi, portanto, formativo para os alunos e reflexivo para a escolha didática do docente.

CONCLUSÃO

Este artigo fala do quanto o ensino da Língua Portuguesa pode contribuir para a construção de trabalhos interdisciplinares voltados à comunicação, à divulgação e à promoção de uma educação transformadora e na construção de uma cultura de respeito conscientização e segurança nas vias públicas.

Explorando a importância do protagonismo do estudante, traz elementos que revelam o quanto a leitura, interpretação de textos, a produção de redações e os debates podem e devem ser explorados na disciplina Língua Portuguesa no sentido da promoção do desenvolvimento do senso crítico e reflexivo dos estudantes, enquanto gêneros textuais, como cartazes, panfletos e crônicas, o que permitem integrar conhecimentos sobre trânsito urbano à prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BELLINGHAUSEN, Ingrid. O trânsito no mundinho. São Paulo: Ed. DCL, 2020.

BRASIL - CONGRESSO NACIONAL. Código de Trânsito Brasileiro: Lei 9503 / 97. Brasília, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PISTILLI, José Carlos et al. SEMEARTE and the increase of sociabilization - an integration between sciences, art and new technologies. International Journal of Human Sciences Research. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora, 2023.

PISTILLI, José Carlos. Guards, Security and traffic education. International Journal of Human Sciences Research. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora, 2023b

SÃO PAULO. Detran SP. Programas Permanentes. Por que educar para o trânsito? Disponível em: <<https://www.detran.sp.gov.br/wps/portal/portaldetran/cidadao/educacao/fichaservico/clubeBemTeVi>>. Acesso em 01/04/2023.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. O que é Trânsito. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.